

A múltipla percepção dos elementos de Autogestão em uma Instituição Religiosas

Almir Zampolo

Doutor e Mestre em Administração pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP),
é Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário FECAP.

Resumo: Na sociedade autogerida, as decisões devem ser tomadas pela coletividade. Mesmo existindo um sistema de representação com delegados eleitos, essa representação apenas será efetiva, se tais representações estiverem diretamente ligadas e submetidas ao poder de seus representantes. Para decidir é necessário conhecimento e informações, além da definição dos critérios. Na hierarquia do comando, aqueles que decidem possuem o acesso às informações, fazendo que sejam tolhidas as capacidades dos demais membros, a iniciativa e a criatividade que, segundo CASTORIADIS (1993), ficam reservadas à direção. O saber e a competência são requisitos especializados, portanto, fora de seu domínio especial, isto é, um bom técnico não é melhor que os demais membros da coletividade para tomar decisão. Ao contrário, é a coletividade quem pode conhecer melhor as reais condições nas quais serão aplicadas as decisões. Centralizando-se a decisão nas mãos de poucos privilegiados, os resultados podem ser: conflito e desperdícios. A proposta de pesquisa deste artigo visa aprofundar a análise sobre autogestão enfocando uma instituição religiosa, a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, Ordem Franciscana dos Frades Menores. Com base nessa realidade pesquisada, investigar conceitos e poder contribuir com a teoria no que se refere à autogestão. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo

Palavras-chave: autogestão, participação, organização, história da religião.

Autogestão

Numa sociedade autogerida, em lugar de recompensas financeiras, devem ser considerados o valor social do trabalho, o interesse do trabalhador pelo seu trabalho, o prazer de executá-lo, a criatividade e o reconhecimento dos outros. Assim, a motivação econômica não poderia impedir a manifestação de outras motivações. Um sistema autogestionário deve possuir a cooperação entre aqueles que possuem determinados saberes e aqueles que apenas exercem o trabalho.

No que diz respeito à autogestão nos processos de trabalho, essa forma de organização, aparentemente, tem crescido como alternativa ao trabalho assalariado assumindo duas formas básicas, tanto como processo de produção de bens e serviços úteis - portanto produção de valores-de-uso - quanto

Abstract: *In a self-managed society, decisions should be taken by the collectivity. Even if there is a system of representations with elected delegates, this representation will be only effective whether such representations are directly linked and subordinated to the control of those who represent them. In order to make any decision, it is necessary to have knowledge, information and criteria definitions. In the hierarchy of control, those who decide are allowed to have access to some information, unabling others to do so according to CASTORIADIS (1993). Knowledge and competence are specialized items therefore, out of his domain, a good technician is not better than any other member to make a decision. On the contrary, it is the collectivity which should know the real conditions better and consider them to decide. If a decision is centralized by a certain privileged group, the results may be conflict and wastefulness. This study proposes to deepen the analysis about self-management focusing a religious institution, " Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, Ordem Franciscana dos Frades Menores". Based on this reality, the article aims to investigate the concepts and shed some light onto the theory related to self-management. This study is an exploratory qualitative research.*

Key-words: *self-management, participation, organization, history of religion.*

como processo de valorização do trabalho por meio da produção cooperativa para intercâmbio direto ou no mercado, produção de valores-de-troca.

Na atual conjuntura, afirma CORAGGIO (1998), essas duas formas são retomadas. Podem representar um refúgio temporário à exclusão ou podem representar um estilo de vida, sustentado pela solidariedade, com grande potencial de comunicação global, capazes de melhorar significativamente as condições de vida dos trabalhadores.

Essas idéias exigem mudança na dimensão cultural, o que exigirá pessoas comprometidas com as mesmas idéias, com os mesmos objetivos e regras compartilhadas, inseridas em diversas organizações, como escolas, fábricas, Estado, Organizações não Governamentais, Igrejas, entre outros.

A autogestão apresenta-se, de acordo com GALVÃO & CIFUENTES (2001), como uma forma de alterar a estrutura de distribuição de renda tradicional, justamente porque propõe que os trabalhadores sejam os proprietários dos meios de produção coletivamente. Porém, a autogestão não é somente uma proposta de propriedade coletiva dos meios de produção. Ela avança para o campo das relações políticas e comunitárias. Em sua forma ideal, pressupõe uma participação ativa dos trabalhadores em todas as etapas do planejamento e da gestão do empreendimento. Portanto, não se trata apenas de uma participação econômica, mas também de participação política nas decisões que afetam as condições de trabalho e renda dos trabalhadores.

Como variantes do modelo de autogestão, deve-se destacar, como instituições, as cooperativas industriais autogeridas, cujas experiências mais avançadas encontram-se nos países europeus: Inglaterra, França, Itália e Espanha. Em todos os países, o movimento cooperativista sempre esteve associado ao movimento e à lutas operárias pelo controle dos meios de produção por parte dos produtores. Segundo LANNES (1999), embora se reconheça como sendo altamente significativas as experiências inglesa, francesa e italiana com as cooperativas industriais, destaca-se o caso das cooperativas autogeridas de Mondragón (Região Basca da Espanha) pela sua peculiaridade e grau de divulgação mundial. A autogestão inclui a posse, a propriedade e o controle dos meios de produção, além da democratização das estruturas de decisão. Nada disso impede que o empreendimento seja extremamente rentável. O trabalho é realizado em grupos autônomos.

No processo autogestionário, a participação do trabalhador na empresa é praticada em todos os níveis e esferas, ensejando um novo padrão comportamental, fundamentado na ética e na solidariedade, destacando-se como o ápice dessa participação o poder de influir ou, até mesmo, decidir sobre os destinos da organização, só possível quando os trabalhadores tomam consciência e assumem a plenitude das ações estratégicas dessa organização.

Participação dos empregados no processo de Gestão Organizacional

Marx e Engels representam os pensadores modernos mais influentes do Século XX, tratando-se das questões da democracia e do controle operário, segundo LANNES (1999). Juntamente com os socialistas, seus nomes não poderiam deixar de ser mencionados pela visível influência que exerceram sobre os pensadores modernos, particularmente sobre aqueles identificados com a corrente radical cognominada de "esquerda participatória", conforme afirma GREENBERG (1975).

O interesse pelas obras de Marx permanece, pela forma como ele abordou a realidade social e as suas contradições. Procurou despertar a consciência operária para a sua missão histórica e revolucionária. O mundo do proletariado revolucionário, indissociável de sua autonomia, foi enfatizado no *Manifesto Comunista* e reforçado na Primeira Internacional. Num apelo à organização e união da classe proletária, Marx e Engels lideraram e organizaram a Associação Internacional dos Trabalhadores e diversos congressos internacionais, nos quais, dentre as temáticas mais abordadas, destacavam-se as questões das condições de trabalho, a tomada do poder, o controle dos meios de produção e autogestão operária, conquistados não de forma pacífica, como apregoavam os socialistas, mas pela revolução, segundo LANNES (1999).

Enfatizaram também, o papel do sindicato, como "centro de resistência contra as usurpações do capital", e a sua influência na abolição definitiva do trabalho assalariado. Particularmente, quanto à obrigatoriedade do controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, à autogestão e ao tema da participação e da falta de consciência do trabalhador, Marx tratou de forma completa segundo LANNES (1999). Para superar a alienação, de acordo com a interpretação de Marx, a condição de participante das decisões da empresa não é suficiente; é indispensável participar dos mecanismos de controle da sociedade.

Na Inglaterra, as idéias de Marx nunca tiveram uma penetração marcante, e o socialismo inglês, nas últimas décadas do século XIX, assumiu um conjunto de idéias e princípios defendidos por um grupo de intelectuais, conhecidos como "fabianos". Para SPINDEL (1992), embora "não possam ser considerados

revisonistas, os fabianos não se diferenciavam muito dos grupos deste gênero".

Acreditavam que, pelas reformas sociais propostas pelo legislativo, seria possível atingir-se a plena igualdade social e, progressivamente, a supressão da propriedade privada. De acordo com essa concepção, a democracia industrial extrapolava os limites da empresa e atingia toda a sociedade, e a indústria seria conduzida pelos trabalhadores, por meio da constituição de uma carta de privilégios, negociada com o governo, que deveria proteger os interesses da comunidade.

Antonio Gramsci foi um dos fundadores do partido comunista italiano e incentivador da democracia operária. A contribuição de Gramsci nesse sentido consubstanciou-se na teorização e proposta de experimentação dos conselhos de fábrica. A base do pensamento gramsciano é que a democracia só pode ser alcançada por intermédio da democracia dos produtores ("producer-democracy"), ou seja, do controle dos trabalhadores.

Os conselhos de fábrica constituem-se nas células de uma nova ordem social, na qual o poder paralelo dos trabalhadores, por meio da representação, seria a base de um novo Estado e de uma economia popular. Para Gramsci apud LANNES (1999), por meio dos conselhos instaurar-se-ia "uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa do Estado burguês". Gramsci sugeriu a participação operária nos conselhos de fábrica como um caminho para o fortalecimento da consciência de classe e para evitar a burocracia centralizadora dos partidos e dos sindicatos.

Para Gramsci, o sindicalismo revelou-se nada mais do que uma instituição da sociedade capitalista e não uma alternativa potencial para a sua superação, pois o sindicato organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, isto é, como membros do regime capitalista de propriedade privada, como vendedores da mercadoria trabalho.

De acordo com LANNES (1999), um projeto de Democracia Econômica foi apresentado em 1928 na Alemanha, por Fritz Naphtali advogando a participação dos sindicatos em todos os níveis da vida social e econômica, tanto no quadro das empresas quanto no Estado. O Projeto resultou de um interesse

conjunto da Social Democracia e da Confederação Sindical Alemã, cujo engajamento na Alemanha sempre se deu via reformismo, em vez da via revolucionária. Naphtali tentou buscar caminhos alternativos para o socialismo, um objetivo a perseguir, juntamente com a democracia econômica.

Ambos os objetivos estavam intimamente associados no projeto de Naphtali, pois o ideal do socialismo não pode realizar-se sem uma estrutura democrática na economia, e não existe democracia econômica plena sem um sistema econômico socialista. A democracia econômica, como uma extensão da democracia política, na sua essência deve ser garantida pelo Estado por meio de legislação.

A teoria democrática de Naphtali parte do pressuposto de que toda atividade econômica deve cumprir uma função social acima das razões e interesses pessoais. Um dos principais processos de democratização, previsto no projeto de Naphtali, referia-se à democratização das relações industriais, envolvendo sindicatos e conselhos operários. As suas propostas nunca foram totalmente implantadas, mas exerceram uma influência expressiva sobre o movimento sindical e os projetos de democratização industrial, conforme afirma LANNES (1999).

As origens do Cristianismo e da Igreja Católica

No processo de difusão das primeiras comunidades cristãs houve dois momentos importantes: a separação do **Judaísmo** e o encontro-desencontro com o mundo pagão. Os primeiros seguidores de Jesus viveram à maneira de outros judeus e tinham compartilhado a prece no Templo, as proibições alimentares e a prática da circuncisão. Aquilo que os diferenciava era basicamente a referência ao nome de Jesus de Nazaré, à sua vicissitude histórica e aos mistérios de sua morte e ressurreição. Por isso eram também chamados de "nazarenos" (somente quando a expansão evangelizadora chegou à Antioquia assumiram o nome de cristãos).

Segundo MARTINI (2002), o principal motivo da divergência entre judeus e cristãos foi a de que Jesus era o Messias prometido pelas Escrituras, como sustentavam os cristãos, ou um impostor, como afirmavam o judeus, que continuavam aguardando a chegada do Salvador de Israel.

Além disso, as regras tradicionais judaicas, seguidas pela primeira comunidade de discípulos, eram incompatíveis com a exigência de tornar a mensagem cristã acessível mesmo aos pagãos. Pedro e Paulo, chefes de toda a comunidade cristã, empenharam-se para que os pagãos fossem isentados das restrições alimentares e da obrigação da circuncisão. Assim, a diferença entre cristãos e judeus aumentou. Paulo aprofundou as razões teológicas da separação do judaísmo, sustentando que a salvação de cada um derivava não tanto do cumprimento da lei tradicional israelita, como afirmavam os judeus, mas da fé na morte e na ressurreição de Jesus.

Os aspectos litúrgicos (ou seja, aqueles ligados aos aspectos formais do culto) também se diferenciaram. A Igreja (do grego *ekklesia*, "assembléia") celebrava o batismo, o momento da conversão do cristão e de seu ingresso na comunidade dos fiéis; e a eucaristia, lembrança da última ceia e rito sacramental de união dos fiéis em Cristo.

Esses motivos de oposição ao Judaísmo contribuíram para a universalização da mensagem cristã, que se tornara acessível também aos pagãos, mas que teria sua afirmação no decorrer dos séculos de forma polêmica, que, por parte dos cristãos, baseou-se em acusar os judeus de "deicidas", ou seja, de terem desejado a morte de Deus, encarnado em Jesus Cristo, seu filho.

Segundo ARMSTRONG (1994), nesse período, começou a se constituir na Igreja uma verdadeira hierarquia diferente do resto da comunidade, conduzida por bispos (do grego *episkopos*: "guarda"), que depois se tornaram chefes das diversas dioceses e dos presbitérios (do grego *presbyteros*: "mais velho").

Para HATTSTEIN (2000), a divergência do Judaísmo também se originou da crescente desconfiança e, depois, da hostilidade do Império Romano. No início, as comunidades cristãs fizeram referência à autoridade imperial de Roma. Paulo proclamara o dever de obediência à autoridade civil e tinha apelado a ela para ter razão na discussão com os judeus. Em 49, o imperador Cláudio expulsou de Roma os judeus que estavam em conflito com os cristãos.

Enquanto eram confundidos com as comunidades

judaicas, os cristãos foram tolerados pelas autoridades centrais e provinciais romanas, mas quando sua difusão se ampliou, percebeu-se o quanto eram estranhos nos confrontos com o império, e não se podia admitir sua recusa em venerar o imperador como divindade. Surgiu a acusação de ateísmo e subversão, e a apelação à repressão que, entre os séculos I e IV, assumiu o caráter de verdadeiras perseguições.

Durante a primeira perseguição de Nero, em 64 (limitada somente à cidade de Roma), ocorreu, segundo a tradição, o martírio de Pedro e Paulo. Em 70, depois da destruição de Jerusalém pelo exército romano, e já tendo rompido definitivamente com o Judaísmo, a comunidade cristã dispersou-se pela Transjordânia.

Novas comunidades surgiram em meio aos pagãos na Ásia Menor, e a função da Igreja Mãe foi assumida por Roma. O poder político teve de reconhecer, no entanto, que o **Cristianismo** não podia ser vencido. Assim, em 313, Constantino, com o Édito de Milão, admitiu a liberdade de culto para os cristãos em todo o império; em 380, Teodósio, com o Édito de Tessalônica, proclamou o Cristianismo religião oficial do império e, em 391, proibiu os cultos pagãos. A Igreja obteve então grandes privilégios: foi constituído um considerável patrimônio eclesiástico; aos tribunais episcopais foi atribuída jurisdição civil; o paganismo foi lentamente eliminado. Durante muitos séculos, o poder religioso cristão e o poder político ficariam estreitamente ligados, com dependência recíproca.

Após a queda do Império Romano do Ocidente (476), o papado estabeleceu relações com os reinos bárbaros e formou a Igreja Latina, independente, por instituições e liturgia, da Igreja do Oriente. Durante a Idade Média, a interpenetração entre sociedade civil e sociedade eclesiástica tornou-se quase total, a ponto de se formar uma sociedade única: a cristandade.

Segundo ARMSTRONG (1994), as relações com bárbaros e pagãos foram problemáticas: em muitos casos, a cristandade (pela ação interligada de suas figuras políticas e religiosas) tentou assimilá-los pacificamente.

A última conseqüência da ligação entre o papado e o poder político foi a coroação de Carlos Magno como imperador do Sacro

Império Romano pelo papa Leão III, em 800. Houve numerosas conversões forçadas, como a dos saxões, em 785, que foram imitadas nos séculos seguintes pelas missões que atingiram o mundo germânico e os povos bálticos.

Entre os séculos XI e XIII, defensores como São Bernardo (1090-1153) e São Tomás de Aquino (1225-1274) consolidaram a idéia segundo a qual os ataques dos pagãos deveriam ser respondidos com a força militar, não só por questão de legítima defesa, mas também para favorecer a expansão do Cristianismo e a penetração dos missionários.

Para MARTINI (2002), agiu-se do mesmo modo com o mundo islâmico, cuja presença, a partir da conquista árabe da Espanha (século VIII), foi percebida como uma extraordinária ameaça, como demonstram os tratados teológicos e a produção literária (Divina Comédia) do século XVI. Porém, a repressão mais intensa foi reservada a judeus e hereges². Durante a Idade Média, os judeus eram, quase sempre, olhados com desconfiança, sendo-lhes imputada a morte de Jesus, e com freqüência eram forçados ao batismo e à conversão.

Na época das Cruzadas, a situação piorou, os judeus eram considerados perigosos, pois, ao contrário dos turcos e sarracenos, eram inimigos que viviam no meio da sociedade cristã. Os concílios dos séculos XII e XIII sancionaram medidas fortemente discriminatórias nos confrontos com os judeus.

MARTINI (2002) menciona:

"[...] ainda mais violenta foi a repressão aos hereges, aqueles que, mesmo batizados, tinham crenças que se opunham à doutrina oficial da Igreja. Canonistas e teólogos, entre os quais São Tomás, compararam a heresia ao delito de falsificadores de moeda, e previram para os hereges sanções que iam desde o confisco de bens até a pena de morte."

Para HATTSTEIN (2002), o uso da força para reprimir os adversários encontrou sua expressão máxima nas Cruzadas, um fenômeno iniciado no século XI como expedição armada para a reconquista de Jerusalém, e que se prolongou com sucessivos episódios até o final do século XVI. No entanto, mesmo na época

das Cruzadas, continuaram presentes personalidades conscientes e tolerantes, convencidas de que a conversão, para ser autêntica, devia ser obtida não pelo uso da força, mas pela persuasão e pelo diálogo. Francisco de Assis, durante a Quinta Cruzada (1218), encontrou-se com o sultão do Egito e defendeu a necessidade de que os missionários conhecessem a língua e a doutrina dos povos encontrados, sugerindo que fossem fundadas escolas de línguas orientais.

Segundo MARTINI (2002), os episódios histórico-cristãos são constantemente marcados por experiências voltadas para a busca de um estado de "perfeição pessoal" e comunitária e de adequação aos modelos de vida apresentados no Novo Testamento. Assim, desenvolveu-se o monaquismo cristão. Nascido e difundido no Oriente nos séculos III e IV, a partir do deserto do Alto Egito, por obra de Santo Antônio Abade e de seus discípulos, assumiu uma forma dupla:

- eremítica ou anacorética, caracterizada pela fuga e separação do mundo, era a forma original. Foram chamados de Monges (do grego *mónos*: "solitários") os primeiros cristãos que viviam retirados, em ascese e solidão;
- cenobítica (do grego *koinóbion*: "lugar de vida comum"), derivada das primeiras comunidades de monges reunidos em torno do "pai" espiritual, em um Mosteiro.

Da prática dos conselhos evangélicos derivaram a observação da castidade, a escolha da pobreza, a obediência devida ao superior, traços típicos do monaquismo que permanecem ainda hoje sob forma de votos proferidos pelo monge no momento em que ingressa na ordem.

ARMSTRONG (1994) aborda que, no Ocidente, desenvolveu-se predominantemente o monaquismo cenobítico, embora tenham ocorrido significativos casos de anacorese. O cenobitismo ocidental encontrou uma forma específica no preceito de São Bento (século VI), que previa um ritmo muito preciso da jornada do monge, dividido entre prece comunitária em determinadas horas do dia, leitura e meditação das escrituras e trabalho comunitário.

A partir do século IX até o século XIII, a forma monástica beneditina tornou-se quase única no Ocidente, embora aplicada

segundo modalidades cada vez mais diferentes, ligadas a significativas "reformas" (a exemplo do que ocorreu na Itália na luta contra a corrupção do clero e adaptação da Igreja a um modelo de vida mais evangélico). Conforme aborda MARTINI (2002), o papa Gregório VII (1073-1085) reagiu a esses indícios de reformas designando o pontífice de Roma como *episcopus universalis*, reforçando seu poder sobre todo o mundo cristão e tornando-se a maior autoridade da igreja católica.

No entanto, esse papa legitimou alguns movimentos ligados ao pauperismo, ou seja, movimentos animados pela intenção de adaptar-se à pobreza evangélica, e deu sua aprovação às opções de vida de São Francisco e de São Domingos, profundamente diferentes entre si. De fato, para São Francisco tudo se resumia à vida na pobreza e ao partilhar dos sofrimentos dos "últimos"; São Domingos privilegiava a pregação contra os hereges. Ambos os movimentos, porém, embora logo tivessem um princípio e se configurassem como ordens religiosas institucionalizadas, marcaram uma novidade em relação à tradição monástica.

Eram caracterizados pelo forte chamamento aos valores apostólicos e pela pregação itinerante a favor da pobreza, uma vez que os monges viviam de seu trabalho ou de esmolas, sendo chamadas de ordens mendicantes. Com o apoio dos papas, voltaram sua ação pastoral para dentro da sociedade, embora não faltassem polêmicas, visto que os debates mais inflamados sobre a pobreza provocaram choques entre os espirituais e os convencionais.

A fundação de Constantinopla por Constantino, o Grande (em 324), sua elevação à capital do Império do Oriente (395) e, mais tarde, a ruína do Império do Ocidente (476) foram eventos que consolidaram a idéia de que Constantinopla seria a segunda Roma, ponto de referência político e religioso para todo mundo cristão.

Antes mesmo da queda do Império do Ocidente, o papa Leão I Magno ratificou a supremacia da fé episcopal de Roma como local do martírio do apóstolo Pedro, que deveria ser chefe dos bispos e de toda a Igreja.

Segundo MARTINI (2002), no Oriente, uma vez

declarada no concílio de Calcedônia (451) a supremacia ortodoxa bizantina em relação às outras teologias orientais sobre a questão da natureza humana e divina de Cristo, o patriarca de Constantinopla tinha reivindicações semelhantes. Apesar da tradição comum de fé, criaram-se assim, entre Oriente e Ocidente, sérias desavenças, acentuadas pela crescente autoridade da Igreja romana sobre territórios ocidentais. No campo político, enquanto a Igreja romana mantinha vínculos com as emergentes populações bárbaras do Ocidente, a Igreja oriental estava fortemente ligada ao poder imperial: o próprio imperador presidia sínodos locais e concílios gerais.

A exigência de justificar a fé cristã com a razão expressou-se em primeiro lugar no contato dos cristãos com o mundo greco-latino e com suas categorias intelectuais. O Cristianismo revelou diferentes modos de compreender a relação fé-razão. De acordo com MARTINI (2002), a gnose, por exemplo (uma corrente oriental do século II), ou separação entre Deus e o mundo do mal podia ser superada somente pelos iniciados que possuíssem um conhecimento superior de Deus.

Para responder a correntes como essa, posteriormente declaradas hereges, os primeiros apologistas (do grego apologia: "discurso em defesa") e pais da Igreja dedicaram-se a um estudo metódico da revelação, ou seja, da história do mistério da presença de Deus no mundo, narrada em textos sagrados, utilizando as categorias da filosofia grega em defesa da idéia de uma fé como princípio de conhecimento e purificação da inteligência.

No Ocidente, Santo Agostinho reivindicava a utilidade dos estudos profanos e a necessidade de colher seu valor simbólico a fim de explicar os mistérios revelados. Foi assim que se afirmou no âmbito cristão o termo teologia, compreendida como "discurso de Deus" e verdadeira doutrina do mistério de Deus.

Para HATTSTEIN (2000), a exigência de reforma, que por várias vezes havia marcado a vida da cristandade, voltou a se manifestar entre o final do século XIV e a primeira metade do século XVI. Isso estava claro nos concílios, que não tenderam às expectativas de renovação, na pregação e na ação moralizadora liderada por algumas personalidades: John Wycliff na Inglaterra; Jan Hus na Boêmia; Jerônimo Savonarola na Itália. Seus

pensamentos tinham como elementos comuns a condenação da corrupção do clero, como os abusos na indiscriminada venda de indulgências (o perdão das penas para a expiação dos pecados), e a crítica ao papado.

A urgência de reforma assumiu um caráter ainda mais radical com Lutero e o movimento por ele suscitado na Alemanha, quando afixou 95 teses na porta da capela do castelo de Wittemberg (1517).

Suas publicações foram baseadas nas polêmicas contra a venda das indulgências e nas convicções, derivadas de uma leitura inovadora das Escrituras, de que a purificação do homem ocorre somente por meio da fé, contrapondo-se às visões doutrinárias segundo as quais por meio de bons atos pode-se adquirir méritos para a salvação.

De acordo com HATTSTEIN (2000), em seu sentido original, o termo católico provém do grego "universal". A aplicação à Igreja desse atributo, não bíblico, surgiu entre os séculos I e II, com dois significados profundamente ligados entre si: de um lado designa a fidelidade à ortodoxia da Igreja em relação às heresias; de outro, a universalidade da Igreja, espalhada pelo mundo e presente na diversidade das Igrejas locais. Portanto, a catolicidade implica para a Igreja ser portadora de uma verdade válida para todos (ou seja, universal) e difundida por todos os lugares. Nessa acepção, o termo entrou nas mais respeitáveis expressões de profissão de fé cristã, formuladas no decorrer do século IV, nos Concílios de Nicéia e Constantinopla.

Para MARTINI (2002), nenhuma Igreja que faça referência a tais Concílios recusa-se a se definir como católica, de modo que, além da Igreja de Roma, também a Ortodoxa e as Igrejas da Reforma consideram-se partícipes dessa conotação. A identificação entre "católico" e "romano" impôs-se com o passar do tempo, por meio de conflitos com as Igrejas consideradas hereges ou cismáticas. Declarada na época do papa Gregório VII, encontrou sua radicalização máxima na época do Concílio Vaticano I. A peculiaridade da Igreja católica romana é o reconhecimento da supremacia do papa, bispo de Roma e

sucessor do apóstolo Pedro, em relação às outras autoridades eclesásticas e, portanto, a superioridade da Igreja de Roma em relação às outras Igrejas.

No decorrer da História, sobretudo a partir do Concílio de Trento e da Contra-Reforma, o Catolicismo assumiu alguns traços característicos, tais como:

- a importância concedida à tradição e ao magistério eclesástico, em particular ao do papa, pelo qual, em 1870, o Concílio Vaticano I reconheceu sua infalibilidade para definir os dogmas da fé;
- a necessidade de uma instituição hierárquica e de um ministério organizado por meio dos sacramentos, claramente diferenciado do leigo;
- a presença de sete sacramentos (batismo, crisma, ordenação, eucaristia, confissão, extrema-unção e casamento);
- a atribuição à Nossa Senhora, mãe de Jesus, de um culto privilegiado, e o reconhecimento da Imaculada Conceição e o dogma segundo o qual Nossa Senhora foi preservada do pecado original desde a sua concepção e de sua assunção corpórea ao céu.

A liturgia católica tem como centro a eucaristia e está articulada à liturgia da palavra (leitura de trechos da escritura), pregação do sacerdote, verdadeira celebração eucarística com a consagração do pão e do vinho, comunhão dos fiéis, prece do "Pai Nosso" que o próprio Jesus ensinou aos discípulos.

A experiência histórica do **Catolicismo** é muito complexa e variada porque, além da tradição, da hierarquia e dos dogmas, a Igreja Católica também pregava a caridade e a obra de personalidades e grupos, que tentaram propor a recuperação de valores próprios da história cristã dos primeiros séculos, a fim de estabelecer um diálogo mais positivo com as múltiplas instâncias da modernidade (científicas, críticas e sociopolíticas) e com outras confissões.

A essas correntes se devem as novas posturas e algumas mudanças importantes amadurecidas nas últimas décadas, a partir do pontificado de João XXIII (1963) e do Concílio Vaticano II (1965), tais como:

- o reconhecimento da centralidade doutrinária e espiritual da palavra de Deus contida nas escrituras;

- uma visão da Igreja voltada para a dimensão espiritual, na qual são valorizados o colegiado do exercício da autoridade hierárquica, o papel do leigo e da mulher;

- a tomada de consciência dos valores evangélicos e espirituais presentes em outras confissões cristãs, às vezes esquecidos na experiência histórica;

- a afirmação do valor da liberdade religiosa e da supremacia dos direitos humanos.

Com o Concílio Vaticano II, o Catolicismo recuperou aspectos importantes da própria catolicidade, que se haviam perdido no decorrer dos séculos. A exigência atual (como, por várias vezes, o papa João Paulo II reforçou ao longo de seu pontificado de mais de vinte anos) é a de harmonizar as importantes mudanças subseqüentes ao último Concílio, em resposta aos problemas da modernidade, com os pontos básicos de uma longa tradição de pensamento e valores.

Sabe-se que os primeiros Franciscanos chegaram ao Brasil com o descobridor, Pedro Alvares Cabral, em 22 de abril de 1500. Eram oito frades, tendo por superior Frei Henrique de Coimbra, posteriormente Bispo de Ceuta, a quem coube a honra de celebrar a primeira missa em solo brasileiro, em 26 de abril de 1500. Pouco tempo depois, Frei Henrique e seus confrades seguiram rumo à Índia, já que esse era o objetivo da viagem de Pedro Alvares Cabral.

Pelos anos de 1515 e 1516 vieram mais dois Franciscanos que foram mortos pelos índios Tupinambás. Foram os primeiros mártires do Brasil. De 1500 a 1584, a presença dos Franciscanos no Brasil foi apenas esporádica. Isso quer dizer que vieram Franciscanos, mesmo em grupos, porém, sua atividade missionária não era organizada nem metódica.

O ano de 1584 marcou o início do estabelecimento organizado e permanente dos Franciscanos em terras brasileiras. Nesse ano, atendendo a pedido do Governador de Pernambuco, Jorge Albuquerque Coelho, o Ministro Geral da Ordem, Frei Francisco Gonzaga, decretou a criação de uma Custódia Franciscana no Brasil, com sede em Pernambuco, dependente da

Província Portuguesa de Santo Antônio dos Currais. A custódia teve aprovação Pontifícia por uma Bula do Papa Cisto V, em 1586.

Chegando ao Brasil, em 12 de abril de 1585, o grupo de fundadores da Custódia logo iniciou as atividades apostólicas, fundando conventos, erigindo igrejas, aceitando missão entre os índios e cura pastoral entre os colonos.

A expansão foi rápida de modo que, em 1647, a Custódia se tornou independente da Província-mãe de Portugal e, em 24 de agosto de 1657, o Papa Alexandre VII a elevou à categoria de Província, chamada de Província Franciscana de Santo Antônio. Em 1659, apenas 75 anos após a fundação da Custódia, contavam-se vinte conventos, construídos com o auxílio dos colonos, que também lhes doavam os terrenos.

No ano de 1659, os conventos situados mais ao Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) foram desmembrados da Província Santo Antônio para formar a Custódia da Imaculada Conceição, com sede no Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro.

Os principais motivos para o desmembramento foram:

- os Conventos da Província de Santo Antônio se estendiam por mais de dois mil km, dificultando as viagens de apostolado, as visitas canônicas e a administração;
- os Conventos da Região Sul prosperavam com numerosas vocações e fundações de novos conventos.

Conclusões

O artigo mostra uma classificação especial e histórica de formas de autogestão, que pode ajudar a distinguir os membros desse grupo com base em suas características e funções mais importantes. Por intermédio da definição pode-se compreender com maior clareza as diferenças entre formas variadas de autogestão e também compreender suas similitudes. Esperançosamente, esse esforço facilitará, singular ou coletivamente, a produção de futuras pesquisas sobre as formas de autogestão. Como sempre, este é um dos objetivos principais de qualquer pesquisa: a reorganização teórica sobre um assunto.

A pesquisa revela que as massas continuam a fazer história, embora, dadas as condições especiais ou os problemas e as

oportunidades das sociedades modernas industriais, as formas nas quais as massas fazem a história sejam freqüentemente distintas entre si. Isso realmente ocorre na forma de autogestão.

Na década passada, a idéia de autogestão se tornou um dos assuntos mais relevantes nas discussões políticas no mundo todo. Isso é uma conseqüência do apelo da autogestão, tanto nos países capitalistas quanto socialistas, ou seja, onde quer que se deseje superar a burocratização de suas respectivas sociedades.

Este trabalho tenta definir autogestão mais como uma gama de possibilidades do que como um fenômeno singular unidimensional ou político. Como conseqüência, a autogestão se tornou um módulo em um "continuum" de administração. O "continuum" inclui organizações que são autônomas e independentes, as que têm metas lucrativas ou não lucrativas e as que buscam algum tipo de ação direta. Também compartilham de uma necessidade comum, de uma liderança auto-escolhida.

Conclui-se também que vários fatores, no futuro, influenciarão o poder de decisão, muitos dos quais servirão como desafios à gestão das organizações. Nessa direção, nota-se que o modelo contribuiu mais na reflexão conceitual para a configuração de um diagnóstico do que para um plano de ações e recomendações.

A contribuição do trabalho desenvolvido, na opinião do autor, foi oferecer uma nova abordagem para a compreensão dos modelos de autogestão. Buscou-se identificar carências na literatura e partir para uma abordagem aderente às tendências atuais de administração baseadas em autogestão.

As limitações envolvendo pesquisas do tipo estudos de casos, como a desenvolvida neste artigo, fazem-se presentes e devem ser mencionadas visando uma adequada compreensão e eventual aplicação de seus resultados.

Iniciando pelas limitações existentes em relação à metodologia adotada, vale mencionar que o pesquisador sendo um elemento fora do contexto da organização estudada teve acesso limitado às informações, que foi em grande parte dependente da disposição dos entrevistados e demais contatos na organização pesquisada em proporcionar esse acesso. Embora havendo uma preocupação constante em buscar dados evitando-se quaisquer

vieses, como mencionado anteriormente, o pesquisador inevitavelmente depende da honestidade dos entrevistados em relação às suas interpretações, de sua disposição em compartilhar suas experiências e mesmo da empatia que se estabelece entre eles.

Uma outra limitação está relacionada ao número de entrevistados. Na verdade, essa limitação caberia melhor não em pesquisa do tipo estudo de caso, mas em outras, onde a quantidade das amostras se faz fundamental. De toda forma, mesmo que limitada pelo número de entrevistados, buscou-se a qualidade, envolvendo um número adequado de integrantes, mas que formassem um quadro de expressiva opinião dentro da organização. Uma vez tecidas as análises conclusivas desta tese e dadas as limitações encontradas, linhas de pesquisas futuras serão, então sugeridas. Em termos acadêmicos, os aspectos ligados à Autogestão podem ser frutos de novas pesquisas levando-se em consideração que:

deve-se ter uma preocupação com o novo perfil do gestor que necessitará de competências relacionadas:

a atitudes geradoras de clima de confiança na organização funcionando nos dois sentidos do organograma (de cima para baixo e da base para o topo);

ao alto grau de inteligência para adotar uma postura educacional dentro das organizações para que os gestores saibam ouvir e falar, permitindo o desenvolvimento dos indivíduos que o cercam;

à disposição para tomar para si riscos de insucessos ao lado das oportunidades de bom êxito nos resultados de suas atividades;

à flexibilidade para adotar medidas persuasivas e de comprometimento, ao invés de dar ordens aos subordinados;

à habilidade para avaliar conscientemente o que ocorre no interior e fora da organização, contribuindo de modo significativo com a organização e aperfeiçoando-se os propósitos participativos.

Em virtude dessas alterações ocorrerem na gestão das organizações, será condição básica assumir uma função e adotar uma postura de aprendizado (educacional) que tenderá a uma reestruturação das atividades gerenciais.

Foram sugeridas, neste artigo, algumas alternativas

visando ao fornecimento de estratégias facilitadoras para o convívio do administrador em uma sociedade de aprendizado constante que abre espaço para o enriquecimento tanto do gestor como do integrante, auxiliando dessa maneira o alcance dos objetivos propostos pelas organizações.

De maneira geral, é importante observar que o papel do gestor, de modo especial os que gerenciam pessoas em grande parte das organizações, permanece num estágio operacional, pois as atividades estão voltadas à execução da rotina e não do planejamento.

Diante desses fatos, é função do gestor orientar e ajudar a

Referências Bibliográficas

- ARMSTRONG, K. Uma História de Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTORIADIS, C. Autogestão e hierarquia. In Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo. São Paulo; Brasiliense, 1993.
- CORRAGGIO, J. L. Economia Urbana - la perspectiva popular. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1998, 2ª ed.
- GALVÃO, M. N. & CIFUENTES, R. Cooperação , autogestão e educação nas novas configurações do trabalho In: Revista Organizações e Democracia; Vol. 3, No. 2, Maio 2001.
- GREENBERG , F. Autonomous Group Functioning. Londres: Tavistock, 1975
- HATTSTEIN, M. Religiões no Mundo. Alemanha: Editora Konemann, 2000.
- LANNES, L. S. Equipes Auto-gerenciáveis e a Forma de Organização do Trabalho adequada à sua Implantação. São Paulo: Monografia de conclusão de curso MBA apresentada à FEA/USP, 1999.
- MARTINI, L. Cristianismo. São Paulo: Editora Globo, 2002.
- SPINDEL, R. A sociedade em negociação, inovações tecnológicas, trabalho e emprego. Rio de Janeiro: Mauad, 1992.
- TRAGTEMBERG, M. Passado que não passa. Campinas: Fundação Perseu Abramo, 1991.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.